

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90 Telefone/Fax: 42 5431210 / 42 5431210
RUA RUI BARBOSA, 204
C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

Solicitação Nr.: 298/2022

Data: 09/11/2022

Nr. por Centro de Custo: 151

Folha: 1/2

- Execução de Serviço
 Execução de Obra
 Compra

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E/OU EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS

SOLICITANTE:

Centro de Custo: 7 - SEC. MUNIC. DE OBRAS; TRANSPORTE E SERV. Código da Dotação :
Órgão: 2 - PODER EXECUTIVO
Unidade: 7 - SEC. MUNIC. DE OBRAS, TRANSPORTE E SERV. URBANOS
Nome do Solicitante: JANDERSON REPCZUK
Local de Entrega: PÁTIO DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE -
Descrição: SERVIÇO DE OFICINA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO Identificação:
STRADA BCK-7832, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS
URBANOS DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR

Observações:

ITENS SOLICITADOS:

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Preço Unit. Previsto | Preço Total Previsto |
|------|------------|-------|---|----------------------|----------------------|
| 1 | 2 | U | AMORTECEDOR DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337903) | 0,0000 | 0,00 |
| 2 | 2 | U | AMORTECEDOR TRASEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337904) | 0,0000 | 0,00 |
| 3 | 2 | KIT | KIT AMORTECEDOR SIMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337905) | 0,0000 | 0,00 |
| 4 | 2 | KIT | KIT AMORTECEDOR COMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337906) | 0,0000 | 0,00 |
| 5 | 1 | U | PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337907) | 0,0000 | 0,00 |
| 6 | 2 | U | PIVÔ SUSPENSÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337908) | 0,0000 | 0,00 |
| 7 | 1 | U | FILTRO AR EXTERNO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337909) | 0,0000 | 0,00 |
| 8 | 1 | U | FILTRO ÓLEO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337910) | 0,0000 | 0,00 |
| 9 | 4 | U | VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337911) | 0,0000 | 0,00 |
| 10 | 1 | U | SAPATA DE FREIO DOBLO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337912) | 0,0000 | 0,00 |
| 11 | 1 | U | CABO VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337913) | 0,0000 | 0,00 |

Solicitante: JANDERSON REPCZUK: *Janderson Repczuk*

Paulo Frontin, 9 de Novembro de 2022.

coleta 315
P. Adm 290
P. Compra 269
Dispensa 219

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 01 |
|----------------------------------|----------------------------|

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90 Telefone/Fax: 42 5431210 / 42 5431210
RUA RUI BARBOSA, 204
C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

Solicitação Nr.: 298/2022

Data: 09/11/2022

Nr. por Centro de Custo: 151

Folha: 2/2

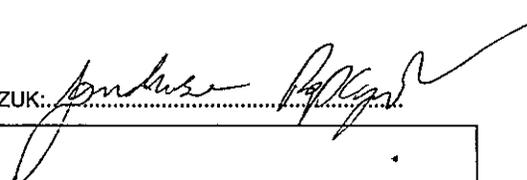
Execução de Serviço

Execução de Obra

Compra

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E/OU EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Preço Unit. Previsto | Preço Total Previsto |
|--------------|------------|-------|---|----------------------|----------------------|
| 12 | 1 | U | BIELETA DIREITA VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337914) | 0,0000 | 0,00 |
| 13 | 1 | U | BIELETA ESQUERDA VEÍCULO STRADA BCK-7832 (337915) | 0,0000 | 0,00 |
| Preço Total: | | | | | 0,00 |

Solicitante: JANDERSON REPCZUK: 

Paulo Frontin, 9 de Novembro de 2022.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 02 |
|----------------------------------|----------------------------|

Órgão: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR

Sector requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS.

Responsável pela Demanda: Janderson Repczuk

Cargo: Secretaria de Obras Transportes e Serviços Urbanos.

Telefone: (42)3543-1464

E-mail:

1. Objeto: aquisição de peças: AMORTECEDOR DIANTEIRO, AMORTECEDOR TRASEIRO, KIT DO AMORTECEDOR SIMP, KIT DO AMORTECEDOR COMP, PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO, PIVO SUSPENSÃO PALIO, FILTRO AR EXTERNO PALIO, FILTRO OLEO PALIO FIRE, VELA IGNIÇÃO, SAPATA DE FREIO DOBLO, CABO VELA IGNIÇÃO FIRE, BIELETA DIREITA IDEA, BIELETA ESQUERDA IDEA.

2. Justificativa da necessidade da contratação: Necessitamos urgentemente da manutenção do VEÍCULO STRADA Placa: BCK-7832 para darmos continuidade aos serviços prestados ao município.

3. Descrições e quantidades:

| Item | IDENTIFICAÇÃO CATMAT | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------|-------------------------|--------------------------------|----------------------|------------|
| | | | | 337903 |
| 01 | 479317 | AMORTECEDOR DIANTEIRO | UND | 01 |
| | | | | 337904 |
| 02 | 467676 | AMORTECEDOR TRASEIRO | UND | 01 |
| | | | | 337905 |
| 03 | 465848 | KIT DO AMORTECEDOR SIMP | UND | 01 |
| | | | | 337906 |
| 04 | 374433 | KIT DO AMORTECEDOR COMP | UND | 01 |
| | | | | 337907 |
| 05 | 486175 | PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO | UND | 08 |

Prefeitura Mun.
Paulo Frontin

PROCESSO Nº
FOLHA Nº 03

337908

| | | | | |
|----|--------|-------------------------|-----|--------------|
| 06 | 461524 | PIVO SUSPENSÃO PALIO | UND | 05 337909 |
| 07 | 481599 | FILTRO AR EXTERNO PALIO | UND | 09 337910 |
| 08 | 241970 | FILTRO OLEO PALIO FIRE | UND | 09 337911 |
| 09 | 249702 | VELA IGNIÇÃO | UND | 08 337912 |
| 10 | 479318 | SAPATA DE FREIO DOBLO | UND | 08 337913 |
| 11 | 460113 | CABO VELA IGNIÇÃO FIRE | UND | 08 337914 |
| 12 | 602322 | BIELETA DIREITA IDEA | UND | 30 337915 |
| 13 | 475467 | BIELETA ESQUERDA IDEA. | UND | 30 |

4. Observações gerais: As peças devem corresponder especificamente aos veículos citados.

4.1. Prazo de Entrega/ Execução: 30 dias após a conclusão do processo.

4.2. Local e horário da Entrega/Execução: Deve ser entregue para a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

4.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

Servidor: Janderson Repezuk

4.4. Prazo para pagamento: 10º dia útil do mês subsequente.

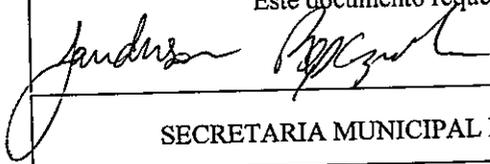
Paulo Frontin/PR 03 de NOVEMBRO de 2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

OBSERVAÇÕES:

Este documento requer assinatura da Autoridade da Área Requisitante.



Janderson Repczuk

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS



TERMO DE REFERÊNCIA
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO
 Dispensa de Licitação 219/2022
 (Lei 14.133 de 01 de abril de 2021)

1. DO OBJETO

SERVIÇO DE OFICINA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO STRADA BCK-7832 DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR

LOTE 01

| ITEM | CATMAT CATSER | UND | QUANTIDADE | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS |
|------|------------------|-----|------------|---|
| 01 | 479317 | U | 02 | AMORTECEDOR DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 02 | 467676 | U | 02 | AMORTECEDOR TRASEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 03 | 465848 | KIT | 02 | KIT AMORTECEDOR SIMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 04 | 374433 | KIT | 02 | KIT AMORTECEDOR COMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 05 | 486175 | U | 01 | PASTILHA DE FREIO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 06 | 461524 | U | 02 | PIVÔ SUSPENSÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 07 | 481599 | U | 01 | FILTRO AR EXTERNO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 08 | 241970 | U | 01 | FILTRO ÓLEO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 09 | 249702 | U | 04 | VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |



| | | | | |
|----|--------|---|----|---|
| 10 | 479318 | U | 01 | SAPATA DE FREIO DOBLO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 11 | 460113 | U | 01 | CABO VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 12 | 602322 | U | 01 | BIELETA DIREITA VEÍCULO STRADA BCK-7832 |
| 13 | 475467 | U | 01 | BIELETA ESQUERDA VEÍCULO STRADA BCK-7832 |

O objeto da licitação tem a natureza comum.

- 1.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.2. Não será expedido contrato, diante do valor ínfimo da contratação.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

- 2.1. A aquisição dos itens acima especificados, tem como objetivo atender as necessidades do Município, no que tange ao conserto de veículos, cujo planejamento não foi suficiente para prever, demandando solução flexíveis no que tange a contratação, conforme autorização prevista no §7º, do art. 75, da Lei 14.133/2021.
- 2.2. A contratação se mostra necessária, na medida que possibilitará o conserto do veículo, de forma rápida e eficiente, junto ao fornecedor local.
- 2.3. Diante desse contexto, fica clara a necessidade de a Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na execução deste serviço de oficina e fornecimento de peça.
- 2.4. Observa que o sistema de gerenciamento de frota ainda não está operando, pois está em fase de implementação, de modo que aguarda treinamento para o início das operações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A administração pretende promover compra direta para obter serviços de oficina, com o fornecimento de peças, de modo a suprir a demanda de conserto de veículos, objeto de tratamento deste procedimento de dispensa.
- 3.2. A melhor solução apresentada é a adoção de solução flexível, para a manutenção de veículo, de modo a contratar além dos serviços de manutenção, o fornecimento de peças, apta a propiciar a solução da demanda da secretaria requisitante.
- 3.3. Por isso, de início foi escolhido a dispensa de licitação, autorizado, conforme §7, art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para identificar em quais condições os equipamentos deverão ser utilizados, sem comprometer os serviços públicos, ou as finanças municipais, objetivando satisfazer o interesse público.



4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

4.1. Trata-se de objetos e serviços comuns, a ser contratado mediante licitação, na modalidade dispensa, haja vista que não superará o valor previsto no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

4.2. Os serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva e objetos a serem licitados possuem padrões de desempenho e qualidade a qual pode ser objetivamente definido no Edital, com a simples utilização de especificações usuais de mercado, observada, quando for o caso, a normatização técnica estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, em face do disposto 4.150, de 21 de novembro 1962.

4.3. Os Objetos foram descritos com todas as suas características técnicas, de forma adequada, sucinta e clara, traduzindo a real necessidade da (s) Secretaria (s), com todas as características indispensáveis, afastando-se de características excessivas, irrelevantes e desnecessárias, que possa conduzir a restrição da competição

4.4. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos produtos a custos mais reduzidos, a fim de melhor satisfazer as necessidades da Administração Pública.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Possuir condições de executar serviços técnicos especializados de caráter continuado, de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, objeto da inexigibilidade de licitação, adotando práticas de sustentabilidade, após o início da execução do contrato.

5.1.2. Disponibilizar o preço de peças genuínas, originais, genéricas, praticados pelo Contratada, a fim de subsidiar a decisão do Contratante.

5.1.2.1. São genuínas às peças de reposição que seguem as mesmas especificações e características técnicas exigidas para a peça utilizada na linha de montagem do veículo. Elas são apresentadas exclusivamente na embalagem da marca, e sua comercialização ocorre somente nas redes de concessionárias autorizadas.

5.1.2.2. São originais aquelas que se apresentam como substitutas das peças genuínas. Embora caracterizadas pela sua adequação ou intercambialidade, podem ou não apresentar as mesmas especificações técnicas ou a mesma qualidade da peça genuína. Por exemplo, podem ser diferentes em relação ao material usado, à resistência proporcionada, à durabilidade, entre outros fatores.

5.1.2.3. São genéricas, ou também conhecidas como peças alternativas ou paralelas, aquelas feitas por empresas que desenvolvem os equipamentos para produzi-las. Muitas vezes, na fabricação, a empresa coloca um adesivo na peça, como se fosse um selo, além de embalar e vendê-la para o setor de autopeças. As peças genéricas não são homologadas pelas montadoras e têm um custo menor. Essas peças são direcionadas ao mercado alternativo, e geralmente são fornecidas sem a logomarca da montadora.

5.1.3. Disponibilizar relatórios e orientações ao Contratante, quando verificar quaisquer danos em peças ou no equipamento, por mau uso, ou utilização de peças que não atendem as recomendações de fábrica.



- 5.1.4. A Contratada deverá dispor de local para a prestação de serviços.
5.2. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Os serviços de manutenção corretiva e preventiva deverão ser realizados nos equipamentos relacionados neste Termo de Referência;

6.2. Na execução dos serviços só deverão ser utilizadas material recomendadas pelos fabricantes dos equipamentos;

6.3. Descrição dos serviços MECÂNICOS a serem prestados:

6.3.1. Os serviços de mecânica da manutenção preventiva abrangem todos os itens dos equipamentos, incluindo motor, câmbio, suspensão, direção, freios, hidráulica, alimentação de combustível, parte elétrica, regulagens e ajustes, revisão de ar-condicionado, dentes de caçamba de carregamento, contra-faca de caçamba de carregamento, lâmina de corte, portanto, abrangendo todos os componentes dos equipamentos, previstas neste Termo de Referência.

6.3.2. Os serviços de mecânica da manutenção corretiva são possíveis desgastes abrangendo todos os itens citados na manutenção preventiva e corretiva com possibilidade de substituição de peças, previstas neste Termo de Referência.

6.3.3. Revisão Geral da Suspensão e Freio nos equipamentos compreende, dentre outros: remover as rodas para verificar as condições do freio e na parte de suspensão: verificar as condições amortecedores, , pivôs e buchas de balança, folgas de eixo dianteiro e traseiro, barras e terminais de direção, pivôs de suspensão, graxas e rolamentos de cubos dianteiro e traseiro;

4.4.3 Regulagem geral de motor: injeção eletrônica, bicos – regulagem de válvulas, correias e alternadores e outros serviços que porventura surgirem, desde que previstas no respectivo do lote;

6.4. Descrição dos serviços de LANTERNAGEM E PINTURA:

6.4.1. Recuperação de partes danificadas do equipamento e quando irre recuperável, efetivar a substituição das partes danificadas da lataria; 4.5.2 Desmontagem e montagem de partes danificadas do equipamento; 4.5.3 Pintura: preparação corrigindo detalhes para a pintura de peças danificadas, acabamento após a pintura; 4.5.4 Serviços de solda em geral, desde que previsto no lote.

6.5. Descrição dos serviços de ALINHAMENTO:

6.5.1. Alinhamento de direção, e montagem e desmontagem de pneu;

6.5.2. Se for preciso à substituição do pneu, a empresa deve solicitar a Diretora Presidente a autorização para troca deste.

6.6. Descrição dos serviços de ELETRICISTA:

6.6.1. Sistema elétrico dos equipamentos, revisão de alternador; motor de partida; setas e lanternas dianteiras e traseiras, faróis, bateria e vidros e travas elétricas, limpador de para-brisa, outros relacionados à elétrica.

6.7. Os serviços serão iniciados mediante expedição de Requisição de Serviço.

6.7.1. Da requisição constará a descrição de serviço, mediante prévia avaliação da Oficina que deverá indicar os serviços a ser executado, o tempo necessário a sua execução e a descrição das peças – constantes no lote, que vierem a ser substituída, mediante elaboração de orçamento, a ser aprovada pela Secretário(a) Municipal requisitante.

6.7.2. A contratada deverá permitir o acompanhamento da execução dos serviços que estiverem sendo efetuados;



6.7.3. Deverá ser fornecido, quando solicitado para a contratada, relação dos serviços, substituição de peças, com a indicação do equipamento que o serviço foi executado, com o Número de identificação da ordem de serviço, Identificação do equipamento (tipo de frota e placas); Modelo do equipamento; Data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço; Data e hora de início e fim da manutenção do equipamento; Tipo de serviço (aquisição de peça/manutenção corretiva; Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula); Quilometragem do equipamento no momento da execução do serviço; Descrição dos serviços executados e peças trocadas; Valor total de mão de obra; Valor total das peças; Tempo de garantia do serviço realizados; Tempo de garantia das peças substituídas; Valor total da operação; Número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor, devendo guardar esta informação pelo prazo de 5 (cinco) anos.

6.7.4. Os prazos para execução das manutenções/ reparos necessários nos equipamentos, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços não poderão extrapolar o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo a serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao Gestor do Contrato.

6.7.5. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

6.8. A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

6.9. A Contratada deverá fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

6.9.1. De 06 (seis) meses para as peças repostas e instaladas nas oficinas pela Contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is) fatura(s);

6.9.2. De 06 (seis) meses para os serviços executados pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);

6.9.3. Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 03 (três) meses, exceto alinhamento de direção que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 12 (doze) meses;

6.9.4. As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.

6.10. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a Contratante, a contratada, às suas expensas, estará obrigada a:

6.10.1. Substituir o material defeituoso;

6.10.2. Corrigir defeitos de fabricação;

6.10.3. Trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação.

6.10.4. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas pela Contratada, estarão sujeitos à aceitação pela Contratante, que aferirá, mediante inspeção do Fiscal do Contrato, se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

6.10.5. Na hipótese prevista no item acima, a Contratada, obrigar-se-á a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à Contratada a não aceitação pelo Executor do Contrato.



- 6.11. A fiscalização de preços e verificação dos serviços e peças de reposição ficará a cargo do fiscal designado, preferencialmente o Operador do Equipamento
- 6.12. Os serviços somente poderão ser executados após o envio, pela empresa, de orçamento detalhado, e respectiva autorização mediante expedição de Requisição de Serviço.
- 6.13. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da Contratada, uma vez constatado o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida.
- 6.14. Será designado, como Gestor de Contrato, para executar a gestão administrativa e financeira do contrato, bem como o Fiscal de Contrato, operacionalmente, as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, desempenhando o papel de Representante da Administração.
- 6.15. A contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o fiscal serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. A Contratante efetuará as solicitações de serviço à empresa contratada no horário compreendido entre 8h e 17h, de segunda a sexta-feira;
- 7.2. Os equipamentos serão encaminhados para a contratada, por meio do executor do contrato à oficina indicada pela licitante vencedora, mediante Ordem de Serviço, com indicação dos serviços a serem executados;
- 7.3. Em caso de substituição de peça veicular, a Contratada deverá apresentar orçamento informando qual o modelo de peça que será utilizado no serviço executado: Peças genuínas, originais ou similares;
- 7.4. Caso a Contratante não aceite a proposta apresentada, está fará uma cotação de mercado onde a empresa deverá cobrir o preço dos serviços e peças nos parâmetros daquela proposta;
- 7.5. A empresa deverá fornecer peças, componentes, acessórios e outros materiais de usos automotivos solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos equipamentos e/ou através da rede de concessionárias, pelo comércio e indústria automotivos e afins, definida pelas seguintes características e procedências:
- 7.5.1. Genuínas: produzidas e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do equipamento e constantes de seu catálogo ou;
- 7.5.2. Originais do fabricante: fornecedor da montadora dos equipamentos, atendido os mesmos padrões e níveis de qualidade por estas, exigidos recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo ou;
- 7.6. Toda e qualquer manutenção corretiva ou preventiva só será executada após registro da avaliação do estado de conservação do equipamento e da emissão do orçamento analítico, devidamente aprovado pela Contratante.
- 7.7. Preliminarmente aos serviços de capotaria, lanternagem e pintura, será apresentado orçamento discriminativo, quantidade e preço, o qual será analisado e aprovado pela contratante.
- 7.8. A critério da fiscalização a licitante vencedora deverá comprovar a origem das peças destinadas à substituição e indicará a marca e modelo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior



verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8. DO RECEBIMENTO

8.1. O procedimento de entrega/recebimento do equipamento será mediante anotação das condições de recebimento e entrega com suas respectivas quilometragens (Check list);

8.2. A empresa vencedora deverá encaminhar à Contratante, juntamente com a Nota Fiscal, relatório de Assistência Técnica, com todas as folhas numeradas, contendo termos de abertura e encerramento do serviço, onde serão anotados os dados relevantes, discriminando todos os itens revisados, consertados e substituídos e, incluir no relatório o início do atendimento do equipamento que apresentou defeito, e ainda, os diagnósticos técnicos referentes aos problemas que ocasionaram tais defeitos.

8.3. As peças substituídas deverão ser todas devolvidas pela licitante vencedora Contratante, no ato da entrega dos equipamentos. Não será admitida devolução parcial de peças.

8.4. Observância estrita a este Termo de Referência e as recomendações do fabricante.

8.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato”

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.



10.6. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, acompanhada na Nota Fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância os equipamentos, materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;



10.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.20.1. A Contratada efetuar a entrega de peças em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

10.20.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.20.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.20.3. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.20.4. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 117 da Lei 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº. 20 de 24 de abril de 2020 (consolidado).

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



13.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei 14.133, de 2021.

13.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133, de 2021.

13.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do bem, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os bens comprados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela fiscalização, com a finalidade de verificar a adequação do objeto contratado.

14.3.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a correta entrega do objeto, até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



14.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no instrumento de medição de realizado.

14.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, dentro da ordem cronológica de cada fonte, que trata o art. 141 da Lei 14.133, de 2021.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação, quando não constante no Registro Cadastral.

15.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências para sua regularização.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1. o prazo de validade;

15.4.2. a data da emissão;

15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4. o período de prestação dos serviços;

15.4.5. o valor a pagar; e

15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.6. Nos termos do inciso IV, do art. 139, Lei 14.133, de 2021, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do art. 121, §5º, Lei 14.133, de 2021.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I \quad (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$



= $\frac{365}{365}$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155, a Lei 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- 18.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 18.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 18.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 18.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 18.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 18.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 18.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 18.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.1.13.

18.2. A Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 18.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 18.2.2. Multa de:
 - 18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;



18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até três anos.

18.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.2, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5, 19.2.6 e 19.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|----------|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |



| | | |
|------------------------------------|--|----|
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia; | 03 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades acima, a hipótese prevista no art. 160, da Lei 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, conforme art. 161 da Lei 14.133, de 2021.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica foram dispensados.

19.3. Os critérios de qualificação técnica foram dispensados;

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços, foram estimados em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133/ de 2021, e foram estimados:

20.5.

Valor total estimado: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), conforme pesquisa de preço junto aos fornecedores;

20.5.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Termo.

19.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

19.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta de Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Vigente nas seguintes rubricas:

| Projeto/Atividade | Recurso | Despesa/Ano | Descrição |
|-------------------|---------|-------------|-----------|
|-------------------|---------|-------------|-----------|

Prefeitura de Paulo Frontin - PR



| | | | |
|-------|-----|----------------------------|--|
| 2.031 | 000 | 3.3.90.39.00.00.00.00/2022 | MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO |
|-------|-----|----------------------------|--|

Franciele Konkel
FRANCIELE KONKEL
Diretora de Compras



TERMO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O conteúdo do Termo de Referência está detalhado de tal forma que propicia o conhecimento pleno do objeto, de forma clara e precisa, permitindo aos futuros licitantes as informações necessárias à boa elaboração de sua proposta, mediante regras estabelecidas neste Termo de Referência.

Verifico que existe disponibilidade financeira, conforme Parecer Contábil e que a despesa respeita e está adequada com as Leis Orçamentárias Municipais.

Dessa forma, preenchido os requisitos legais e ainda analisando sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público, resolvo APROVAR o Termo de Referência submetido a análise.

Paulo Frontin-PR, 21 de novembro de 2022


JANDERSON REPCZUK
Secretário de Obras


JAMIL PECH
Prefeito

ALVORADA AUTO PEÇAS LTDA TMP\006730MA.REL

CNPJ: 00.900.141/0001-60

I.E.: 3010358298

RUA DOM PEDRO II - 272, 0 - CENTRO

UNIÃO DA VITÓRIA

PR 84600-295

FONE: (42)35222228

6588

ORCAMENTO 019879

Cliente.: 0006874 PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ/CPF: 77.007.474/0001-90

I.E.....: ISENTO

Endereco: RUI BARBOSA, 204

Vendedor: OMAR BAKRI / *Stroda*

Cidade...: PAULO FRONTIN - PR

Emissao.: 10/10/2022 as 10:15:43

Fone.....: (42)35431210 Fax: ()

Validade: 11/10/2022

PLACA BCK-7832

| Codigo | Fabricante | Marca | Descricao | Un | Localiza | Qtidade | Unitar. | Total |
|-----------|------------|--------------------|--------------|-------|----------|---------|---------|--------|
| GP30120 | COFAP | AMORTECEDOR | DIANTEIRO M | UN 1 | G 15 | 2,000 | 389,00 | 778,00 |
| GL12380 | COFAP | AMORTECEDOR | TRASEIRO ST | UN 1 | G 18 | 2,000 | 326,00 | 652,00 |
| SK120S | SAMPE | KIT DO AMORTECEDOR | SIMP | UN 1 | D 42 | 2,000 | 58,00 | 116,00 |
| SK155S | SAMPE | KIT DO AMORTECEDOR | COMP | UN 1 | D 40 | 2,000 | 71,00 | 142,00 |
| RCPT12630 | TRW | PASTILHA DE FREIO | DIANT | UN 8 | H 11 | 1,000 | 121,00 | 121,00 |
| PS959 | TRW | PIVO SUSPENSÃO | PALIO | UN 5 | D 27 | 2,000 | 97,00 | 194,00 |
| LX908 | ML | FILTRO AR EXTERNO | PALIO | UN 9 | D 7 | 1,000 | 29,00 | 29,00 |
| OC259 | ML | FILTRO OLEO | PALIO FIRE | UN 9 | G 16 | 1,000 | 48,00 | 48,00 |
| BKR6E | NGK | VELA IGNICAO | | UN 8 | A 41 | 4,000 | 37,00 | 148,00 |
| 052CPA | COB | SAPATA DE FREIO | DOBLO | UN 8 | I 20 | 1,000 | 297,00 | 297,00 |
| SCT09 | NGK | CABO VELA | IGNICAO FIRE | UN 8 | C 57 | 1,000 | 137,00 | 137,00 |
| BTC03110 | COFAP | BIELETA DIREITA | IDEA PA | UN 30 | D 11 | 1,000 | 69,00 | 69,00 |
| BTC03109 | COFAP | BIELETA ESQUERDA | IDEA P | UN 30 | D 11 | 1,000 | 69,00 | 69,00 |

Valor Total.....: 13

21,000

2.800,00

SS Sistemas

[Handwritten signature]
Alvorada Auto Peças LTDA

Prefeitura Mun.
Paulo Frontin

PROCESSO N°
FOLHA N° 25



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
SECRETARIA DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

ALVORADA AUTOPECAS LTDA - ME CNPJ: 00900141000160

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos, para fins de direito, que consultados os registros do sistema tributário da Fazenda Municipal, na presente data **NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS VENCIDOS** relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar outros débitos que venham a ser constatados posteriormente, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWZ0BSKDAEUXB1W1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado:
<http://uniãodavitoria.pr.gov.br/>

União da Vitória (PR), 09 de Novembro de 2022



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 028407138-09

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 00.900.141/0001-60
Nome: **ALVORADA AUTOPECAS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/03/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 28 |
|----------------------------------|----------------------------|



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ALVORADA AUTOPECAS LTDA
CNPJ: 00.900.141/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:16:58 do dia 09/11/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/05/2023.

Código de controle da certidão: **29A5.CCBA.5E5C.BE5C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 29 |
|----------------------------------|----------------------------|

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 00.900.141/0001-60**Razão Social:** ALVORADA AUTOPECAS LTDA**Endereço:** RUA D PEDRO II 260 SALA 01 / CENTRO / UNIAO DA VITORIA / PR /
84600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/10/2022 a 21/11/2022**Certificação Número:** 2022102300461241572906

Informação obtida em 09/11/2022 14:19:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALVORADA AUTOPECAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.900.141/0001-60

Certidão nº: 39223254/2022

Expedição: 09/11/2022, às 14:21:10

Validade: 08/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALVORADA AUTOPECAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.900.141/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|---|---|--|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.900.141/0001-60 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 07/11/1995 |
| NOME EMPRESARIAL ALVORADA AUTOPECAS LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ALVORADA AUTOPECAS | PORTE ME | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS 45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar 46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | |
| LOGRADOURO R DOM PEDRO II | NÚMERO 272 | COMPLEMENTO ***** |
| CEP * 84.600-295 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO UNIAO DA VITORIA |
| UF PR | | ENDEREÇO ELETRÔNICO ALVORADAUV@HOTMAIL.COM |
| TELEFONE (42) 3522-2228 | | ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/12/2000 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/11/2022 às 14:22:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/MF N.º 00.900.141/0001-60
NIRE 412.0338290-4**

folha 1 de 6

Os abaixo identificados e qualificados:

- 1) **HADIA JAWDAT BAKRI**, natural do Líbano, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 10/07/1969, empresária, inscrita no CPF/MF sob nº 700.943.739-49, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 23ª/4.343.822, I.I. - SC, expedida em 25/03/1998, residente e domiciliada na Rua D. Pedro II, 260, Apto 02, Centro, União da Vitória-PR, CEP: 84600-295;
- 2) **HADY AFIF BAKRI**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 04/09/2000, natural de União da Vitória, Pr, empresário, inscrito no CPF/MF nº 079.661.899-29 e portador da Cédula de identidade nº 12.841.802-4, Expedido pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, em data de 11/08/2009, residente e domiciliada na Rua D. Pedro II, 260, Apto 02, Centro, União da Vitória-PR, CEP: 84600-295;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA**, com sede na Rua D. Pedro II, 272, Centro, União da Vitória - PR, CEP 84600-295, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.900.141/0001-60, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.0338290-4 em 26/10/1995, e última alteração sob o nº 20202565793 em data de 02/07/2020, resolvem alterar o contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO INGRESSO DE SÓCIO: Ingressa na sociedade **OMAR AFIF BAKRI**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 02/01/1996, natural de União da Vitória, Pr, empresário, inscrito no CPF/MF nº 078.092.039-24 e portador da Cédula de identidade nº 11.067.332-9, Expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, em data de 30/03/2016, residente e domiciliada na Rua D. Pedro II, 260, Apto 02, Centro, União da Vitória-PR, CEP: 84600-295;

CLAUSULA SEGUNDA - DA TRANSFERENCIA DE QUOTAS:

- a Sócia Hadia Jawdat Bakri, que possui na sociedade 19.800 quotas, no valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, no valor total de R\$ 198.000,00, totalmente integralizadas, transfere parte de suas quotas como segue:

- a) Para o sócio remanescente HADI AFIF BAKRI, 800 (oitocentas) quotas no valor total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), dando plena quitação das quotas ora vendidas;
- b) Para o Sócio ingressante OMAR AFIF BAKRI, 1.000 (mil) quotas no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dando plena quitação das quotas ora vendidas.

CLAUSULA TERCEIRA - NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL: Em virtude da modificação havida, o capital social, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 20.000 (vinte mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

| SOCIOS | (%) | QUOTAS | VALOR R\$ |
|--------------------|---------------|---------------|-------------------|
| HADIA JAWDAT BAKRI | 90,00 | 18.000 | 180.000,00 |
| HADY AFIF BAKRI | 5,00 | 1.000 | 10.000,00 |
| OMAR AFIF BAKRI | 5,00 | 1.000 | 10.000,00 |
| TOTAL | 100,00 | 20.000 | 200.000,00 |

**DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/MF N.º 00.900.141/0001-60
NIRE 412.0338290-4**

folha 2 de 6

CLAUSULA QUARTA: O sócio ingressante OMAR AFIF BAKRI, declara conhecer a situação econômica-financeira da sociedade, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESIGNAÇÃO DE ADMINISTRADOR: A sociedade que era administrada por HADIA JAWDAT BAKRI e HADY AFIF BAKRI, passa a ser administrada por **HADIA JAWDAT BAKRI, HADY AFIF BAKRI e OMAR AFIF BAKRI**, a quem competem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade com os poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigar a sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente, vedado, no entanto, o uso em atividades estranhas ao interesse social, bem como prestar aval, endosso, fiança ou caução de favor, e assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros e, ainda, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

§ 1.º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2.º - Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período indeterminado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

CLAUSULA SEXTA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade e que não estão condenados por nenhum crime, cuja pena vede o exercício da administração da sociedade empresária.

CLAUSULA SÉTIMA – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, coincidente com o ano civil, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade. **PARÁGRAFO ÚNICO:** Os resultados verificados nos balanços anuais serão atribuídos aos sócios de maneira desproporcional às suas quotas de capital, podendo os lucros, a critério dos mesmos, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade, podendo ainda os eventuais prejuízos serem compensados nos

**DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/MF N.º 00.900.141/0001-60
NIRE 412.0338290-4**

folha 3 de 6

exercícios subseqüentes, consoante faculdade deferida pela legislação do imposto de renda.

CLAUSULA OITAVA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: Resolvem por este instrumento consolidar o contrato social.

**CONSOLIDAÇÃO
ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/MF: 00.900.141/0001 -60
NIRE: 412.0338290-4**

- 1) **HADIA JAWDAT BAKRI**, natural do Líbano, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 10/07/1969, empresária, inscrita no CPF/MF sob nº 700.943.739-49, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 23ª/4.343.822, I.I. - SC, expedida em 25/03/1998, residente e domiciliada na Rua D. Pedro II, 260, Apto 02, Centro, União da Vitória-PR, CEP: 84600-295;
- 2) **HADY AFIF BAKRI**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 04/09/2000, natural de União da Vitória, Pr, empresário, inscrito no CPF/MF nº 079.661.899-29 e portador da Cédula de identidade nº 12.841.802-4, I.I. - PR, expedida em data de 11/08/2009, residente e domiciliado na Rua D. Pedro II, 260, Apto 02, Centro, União da Vitória-PR, CEP: 84600-295;
- 3) **OMAR AFIF BAKRI**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 02/01/1996, natural de União da Vitória, Pr, empresário, inscrito no CPF/MF nº 078.092.039-24 e portador da Cédula de identidade nº 11.067.332-9, Expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, em data de 30/03/2016, residente e domiciliado na Rua D. Pedro II, 260, Apto 02, Centro, União da Vitória-PR, CEP: 84600-295;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA**, com sede na Rua D. Pedro II , 272, Centro, União da Vitória - PR, CEP 84600-295, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.900.141/0001-60, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.0338290-4 em 26/10/1995;

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO: A sociedade gira sob o nome empresarial de **ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA** e tem sede e domicílio na Rua D. Pedro II , 272, Centro, União da Vitória - PR, CEP 84600-295.

CLÁUSULA SEGUNDA - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 35 |
|----------------------------------|----------------------------|

**DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/MF N.º 00.900.141/0001-60
NIRE 412.0338290-4**

folha 4 de 6

CLÁUSULA TERCEIRA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade iniciou suas atividades em 15/11/1995 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: (4530-7/03) Comércio a varejo de Peças e Acessórios para Veículos automotores; (4530-7/01) Comércio por atacado de Peças e Acessórios para Veículos automotores; (4530-7/02) Comercio por atacado de Pneumáticos e câmaras de ar; (4530-7/05) Comercio a Varejo de Pneumáticos e câmaras de ar; (4744-0/01) Comércio varejista de ferragens e ferramentas; (4753-9/00) Comércio Varejista de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; (4751-2/00) Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; (4752-1/00) Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; (4649-4/01) Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico e (4649-4/02) Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 20.000 (vinte mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, já integralizadas pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

| SÓCIOS | (%) | QUOTAS | VALOR R\$ |
|--------------------|---------------|---------------|-------------------|
| HADIA JAWDAT BAKRI | 90,00 | 18.000 | 180.000,00 |
| HADY AFIF BAKRI | 5,00 | 1.000 | 10.000,00 |
| OMAR AFIF BAKRI | 5,00 | 1.000 | 10.000,00 |
| TOTAL | 100,00 | 20.000 | 200.000,00 |

CLAUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SETIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade cabe a **HADIA JAWDAT BAKRI, HADY AFIF BAKRI e OMAR AFIF BAKRI**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e

**DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/MF N.º 00.900.141/0001-60
NIRE 412.0338290-4**

folha 5 de 6

extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§ 1.º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2.º - Faculta-se aos administradores, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

CLÁUSULA NONA - RETIRADA PRO -LABORE: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, coincidente com o ano civil, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade. **PARÁGRAFO ÚNICO:** Os resultados verificados nos balanços anuais serão atribuídos aos sócios de maneira desproporcional às suas quotas de capital, podendo os lucros, a critério dos mesmos, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade, podendo ainda os eventuais prejuízos serem compensados nos exercícios subseqüentes, consoante faculdade deferida pela legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. **Parágrafo único** - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 37 |
|----------------------------------|----------------------------|

**DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/MF N.º 00.900.141/0001-60
NIRE 412.0338290-4**

folha 6 de 6

administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade e que não estão condenados por nenhum crime, cuja pena vede o exercício da administração da sociedade empresária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DECLARAÇÃO DE EPP: A empresa, através dos sócios vem, declarar que o movimento da receita bruta anual da sociedade não excederá ao limite fixado no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionados no § 4º, do artigo 3º da mencionada Lei, tornando pública, para efeitos legais, sua condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

CLAUSULA DÉCIMA - QUINTA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de União da Vitória- Pr, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam digitalmente, a presente, e em uma única via, de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

União da Vitória -PR, 01 de julho de 2022.-

HADIA JAWDAT BAKRI

HADI AFIF BAKRI

OMAR AFIF BAKRI



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|--------------------|
| CPF/CNPJ | Nome |
| 07809203924 | OMAR AFIF BAKRI |
| 07966189929 | HADY AFIF BAKRI |
| 70094373949 | HADIA JAWDAT BAKRI |

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/07/2022 09:33 SOB Nº 20224466607.
PROTOCOLO: 224466607 DE 05/07/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12208673063. CNPJ DA SEDE: 00900141000160.
NIRE: 41203382904. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/07/2022.
ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
informando seus respectivos códigos de verificação.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 39 |
|----------------------------------|----------------------------|

| Item | Fornecedor | Nome da Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total | Venceu |
|---|--|---------------|------------|----------------|-------------|--------|
| Número da Coleta: 315/2022 Data: 09/11/2022 | | | | | | |
| Material: 337903 - AMORTECEDOR DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: U | | | | | | |
| 1 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 2,000 | 389,0000 | 778,00 | Sim |
| 1 | AUTOPEÇAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 2,000 | 392,0000 | 784,00 | Não |
| Material: 337904 - AMORTECEDOR TRASEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: U | | | | | | |
| 2 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 2,000 | 326,0000 | 652,00 | Sim |
| 2 | AUTOPEÇAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 2,000 | 328,0000 | 656,00 | Não |
| Material: 337905 - KIT AMORTECEDOR SIMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: KIT | | | | | | |
| 3 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 2,000 | 58,0000 | 116,00 | Sim |
| 3 | AUTOPEÇAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 2,000 | 59,0000 | 118,00 | Não |
| Material: 337906 - KIT AMORTECEDOR COMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: KIT | | | | | | |
| 4 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 2,000 | 71,0000 | 142,00 | Sim |
| 4 | AUTOPEÇAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 2,000 | 72,0000 | 144,00 | Não |
| Material: 337907 - PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: U | | | | | | |
| 5 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 1,000 | 121,0000 | 121,00 | Sim |
| 5 | AUTOPEÇAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 1,000 | 123,0000 | 123,00 | Não |
| Material: 337908 - PIVÔ SUSPENSÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: U | | | | | | |
| 6 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 2,000 | 97,0000 | 194,00 | Sim |
| 6 | AUTOPEÇAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 2,000 | 98,0000 | 196,00 | Não |
| Material: 337909 - FILTRO AR EXTERNO VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: U | | | | | | |
| 7 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 1,000 | 29,0000 | 29,00 | Sim |
| 7 | AUTOPEÇAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 1,000 | 30,0000 | 30,00 | Não |
| Material: 337910 - FILTRO ÓLEO VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: U | | | | | | |
| 8 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 1,000 | 48,0000 | 48,00 | Sim |
| 8 | AUTOPEÇAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 1,000 | 49,0000 | 49,00 | Não |
| Material: 337911 - VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 Unid.: U | | | | | | |
| 9 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 4,000 | 37,0000 | 148,00 | Sim |

Prefeitura Mun. Paulo Frontin
 PROCESSO Nº
 FOLHA Nº 40

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Relação das Coletas de Preços (por material)

(Período de 01/11/2022 a 09/11/2022)

| Item | Fornecedor | Nome da Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total | Venceu |
|--|--|---------------|------------|----------------|-------------------------|-----------------|
| Número da Coleta: 315/2022 Data: 09/11/2022 | | | | | | |
| Material: 337911 - <u>VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832</u> Unid.: U | | | | | | |
| 9 | AUTOPECAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 4,000 | 38,0000 | 152,00 | Não |
| Material: 337912 - <u>SAPATA DE FREIO DOBLO VEÍCULO STRADA BCK-7832</u> Unid.: U | | | | | | |
| 10 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 1,000 | 297,0000 | 297,00 | Sim |
| 10 | AUTOPECAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 1,000 | 300,0000 | 300,00 | Não |
| Material: 337913 - <u>CABO VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832</u> Unid.: U | | | | | | |
| 11 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 1,000 | 137,0000 | 137,00 | Sim |
| 11 | AUTOPECAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 1,000 | 139,0000 | 139,00 | Não |
| Material: 337914 - <u>BIELETA DIREITA VEÍCULO STRADA BCK-7832</u> Unid.: U | | | | | | |
| 12 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 1,000 | 69,0000 | 69,00 | Sim |
| 12 | AUTOPECAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 1,000 | 70,0000 | 70,00 | Não |
| Material: 337915 - <u>BIELETA ESQUERDA VEÍCULO STRADA BCK-7832</u> Unid.: U | | | | | | |
| 13 | ALVORADA AUTOPEÇAS LTDA - (6588) | | 1,000 | 69,0000 | 69,00 | Sim |
| 13 | AUTOPECAS E OFICINA BANOWSKI LTDA - (8734) | | 1,000 | 70,0000 | 70,00 | Não |
| | | | | | Total da Coleta: | 2.800,00 |

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun, Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 49 |
|----------------------------------|----------------------------|

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Folha: 1/2

CNPJ: 77.007.474/0001-90
RUA RUI BARBOSA, 204
C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) Prefeito Municipal

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: SERVIÇO DE OFICINA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO STRADA BCK-7832, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR

Processo Adm. nº: 290/2022 **Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL
Forma Pgto. / Reajuste:
Prazo Entrega/Exec.: 05 DIAS
Local de Entrega: PÁTIO DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE -
Urgência:
Vigência:
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

| Item | Quantidade | Unid. | Descrição | Preço Unit. Máximo | Total Previsto |
|------------------------------|------------|-------|---|--------------------|-----------------|
| 1 | 2,000 | U | AMORTECEDOR DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 390,5000 | 781,00 |
| 2 | 2,000 | U | AMORTECEDOR TRASEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 327,0000 | 654,00 |
| 3 | 2,000 | KIT | KIT AMORTECEDOR SIMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 58,5000 | 117,00 |
| 4 | 2,000 | KIT | KIT AMORTECEDOR COMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 71,5000 | 143,00 |
| 5 | 1,000 | U | PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 122,0000 | 122,00 |
| 6 | 2,000 | U | PIVÔ SUSPENSÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 97,5000 | 195,00 |
| 7 | 1,000 | U | FILTRO AR EXTERNO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 29,5000 | 29,50 |
| 8 | 1,000 | U | FILTRO ÓLEO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 48,5000 | 48,50 |
| 9 | 4,000 | U | VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 37,5000 | 150,00 |
| 10 | 1,000 | U | SAPATA DE FREIO DOBLO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 298,5000 | 298,50 |
| 11 | 1,000 | U | CABO VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 138,0000 | 138,00 |
| 12 | 1,000 | U | BIELETA DIREITA VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 69,5000 | 69,50 |
| 13 | 1,000 | U | BIELETA ESQUERDA VEÍCULO STRADA BCK-7832 | 69,5000 | 69,50 |
| Total Geral -----> | | | | 1.758,0000 | 2.815,50 |

Paulo Frontin, 9 de Novembro de 2022.

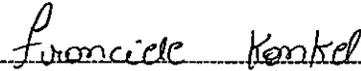
Franciele Konkell
FRANCIELE KONKELL
Responsável pelo Setor Compras
PREFEITURA MUN.
Paulo Frontin
PROCESSO Nº
FOLHA Nº 42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Folha: 2/2

CNPJ: 77.007.474/0001-90
RUA RUI BARBOSA, 204
C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

Paulo Frontin, 9 de Novembro de 2022.



FRANCIELE KONKEL
Responsável pelo Setor Compras

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, JAMIL PECH, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 290/2022, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Paulo Frontin, 9 de Novembro de 2022.



JAMIL PECH
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CNPJ: 77.007.474/0001-90
 RUA RUI BARBOSA, 204
 C.E.P.: 84635-000 - Paulo Frontin - PR

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
 - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
 - Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nr. Processo Adm. / Ano: 290/2022
 Data do Processo Adm.: 09/11/2022
 Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 Objeto do Processo Adm.: SERVIÇO DE OFICINA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO STRADA BCK-7832, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

| Cod.Red | Un.Orç. | Proj./Ativ. | Elemento Despesa | Compl.do Elemento | Saldo Disponível | Valor Previsto |
|---------|---------|-------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------|
| 163 | 02.07 | 2.031 | 3.3.90.39.00.00.00.00 | 3.3.90.39.05.00.00.00 | 81.462,95 | 2.800,00 |
| | | | | | Total Previsto: | 2.800,00 |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|---------------------|-----------------|
| | | | | | Total Geral: | 2.800,00 |
|--|--|--|--|--|---------------------|-----------------|

Paulo Frontin, Em 23.11.2022


 Contador



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 221/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 291/2022
 (Lei 14.133 de 01 de abril de 2021)

JUSTIFICATIVA

1. DA ELABORAÇÃO DA DEMANDA:

Deu-se início ao processo por meio do Documento de Formalização da Demanda e Termo de Referência, visando à contratação, por dispensa de licitação,

SERVIÇO DE OFICINA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO MB 812 ARP-9894, VEÍCULO VOLARE W9 AYR-2584, VEÍCULO ARP-9837 E VEÍCULO BDV-9H21 DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR

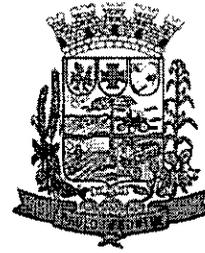
LOTE 1

| Item | Qty | Und | Especificação | Preço Unit | Preço Total |
|----------------------|-----|-----|--|--------------|---------------------|
| 01 | 04 | U | PARAFUSO COMPLETO AÇO 12,9 VEÍCULO MB 812 ARP-9894 | R\$ 27,50 | R\$ 110,00 |
| 02 | 01 | SV | SERVIÇO MÃO DE OBRA – SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR EIXO; SERVIÇO DE CONSERTAR ROSCA NO EIXO DO SUP. AMORTECEDOR DIANTEIRO E TIRAR E COLOCAR PINÇA DE FREIO VEÍCULO MB 812 ARP-9894 | R\$ 1.230,00 | R\$ 1.230,00 |
| TOTAL DO LOTE | | | | | R\$ 1.340,00 |

LOTE 2

| Item | Qty | Und | Especificação | Preço Unit | Preço Total |
|------|-----|-----|--|------------|-------------|
| 01 | 02 | U | CUPILHA VEÍCULO VOLARE W9 AYR-2584 | R\$ 3,00 | R\$ 6,00 |
| 02 | 20 | U | REBITE DE ALUMÍNIO VEÍCULO VOLARE W9 AYR-2584 | R\$ 0,80 | R\$ 16,00 |
| 03 | 20 | U | REBITE DE METAL VEÍCULO VOLARE W9 AYR-2584 | R\$ 2,10 | R\$ 42,00 |
| 04 | 02 | U | LONA DE FREIO VEÍCULO VOLARE W9 AYR-2584 | R\$ 47,50 | R\$ 95,00 |
| 05 | 01 | U | ROLAMENTO DO CARDAN VEÍCULO VOLARE W9 AYR-2584 | R\$ 150,00 | R\$ 150,00 |

Prefeitura de Paulo Frontin - PR



| | | | | | |
|----------------------|----|----|--|------------|-------------------|
| 06 | 01 | U | CRUZETA VEÍCULO VOLARE W9 AYR-2584 | R\$ 100,00 | R\$ 100,00 |
| 07 | 01 | SV | SERVIÇO TROCAR LONAS DE FREIO VEÍCULO VOLARE W9 AYR-2584 | R\$ 110,00 | R\$ 110,00 |
| TOTAL DO LOTE | | | | | R\$ 519,00 |

LOTE 3

| Item | Qnt | Und | Especificação | Preço Unit | Preço Total |
|----------------------|-----|-----|---------------------------------------|------------|---------------------|
| 01 | 01 | U | MOLA MESTRE VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 890,00 | R\$ 890,00 |
| 02 | 04 | U | BUCHA MOLA VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 110,00 | R\$ 440,00 |
| 03 | 02 | U | BUCHA AMORTECEDOR VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 35,00 | R\$ 70,00 |
| 04 | 06 | U | ARRUELA ENCOSTO VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 3,00 | R\$ 18,00 |
| 05 | 01 | U | ROLAMENTO CARDAN VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 150,00 | R\$ 150,00 |
| 06 | 01 | U | CRUZETA VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 100,00 | R\$ 100,00 |
| 07 | 01 | U | ARRUELA ENCOSTO FUSO VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 65,00 | R\$ 65,00 |
| 08 | 01 | U | TAMPA RADIADOR VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 40,00 | R\$ 40,00 |
| 09 | 01 | SV | SERVIÇO MOLEJO VEÍCULO ARP-9837 | R\$ 360,00 | R\$ 360,00 |
| TOTAL DO LOTE | | | | | R\$ 2.133,00 |

LOTE 4

| Item | Qnt | Und | Especificação | Preço Unit | Preço Total |
|------|-----|-----|------------------------------|------------|-------------|
| 01 | 04 | U | ABRAÇADEIRA VEÍCULO BDV-9H21 | R\$ 7,00 | R\$ 28,00 |
| 02 | 01 | U | CONEXÃO VEÍCULO BDV-9H21 | R\$ 80,00 | R\$ 80,00 |

Prefeitura de Paulo Frontin - PR



| | | | | | |
|----------------------|----|----|--|------------|-------------------|
| 03 | 01 | U | TAMPA DO RADIADOR VEÍCULO BDV-9H21 | R\$ 40,00 | R\$ 40,00 |
| 04 | 01 | U | ARRUELA DO CABO DIANTEIRO VEÍCULO BDV-9H21 | R\$ 65,00 | R\$ 65,00 |
| 05 | 01 | SV | SERVIÇO DE ELIMINAR VAZAMENTO DE ÁGUA VEÍCULO BDV-9H21 | R\$ 100,00 | R\$ 100,00 |
| TOTAL DO LOTE | | | | | R\$ 313,00 |

1. DA PESQUISA DE PREÇO:

1.1. Com vistas a subsidiar a contratação do presente objeto, realizou-se pesquisa de preços, conforme art. 23, da Lei 14.133, de 2021. A elaboração do mapa comparativo de preços culminou com os preços estimados apontados na tabela a seguir:

| ORDEM | LOTE | EMPRESA | VALOR TOTAL |
|-------|------|---|--------------|
| 1º | 1 | PEÇAS E OFICINA SÃO JOSÉ CNPJ: 03.017.793/0001-40 | R\$ 1.340,00 |
| 2º | 1 | AUTO PEÇAS E OFICINA BANOWSKI CNPJ: 11.533.028/0001-00 | R\$ 1.362,00 |

| ORDEM | LOTE | EMPRESA | VALOR TOTAL |
|-------|------|---|-------------|
| 1º | 2 | PEÇAS E OFICINA SÃO JOSÉ CNPJ: 03.017.793/0001-40 | R\$ 519,00 |
| 2º | 2 | AUTO PEÇAS E OFICINA BANOWSKI CNPJ: 11.533.028/0001-00 | R\$ 655,40 |



| ORDEM | LOTE | EMPRESA | VALOR TOTAL |
|-------|------|---|--------------|
| 1º | 3 | PEÇAS E OFICINA SÃO JOSÉ CNPJ: 03.017.793/0001-40 | R\$ 2.133,00 |
| 2º | 3 | AUTO PEÇAS E OFICINA BANOWSKI CNPJ: 11.533.028/0001-00 | R\$ 2.229,00 |

| ORDEM | LOTE | EMPRESA | VALOR TOTAL |
|-------|------|---|-------------|
| 1º | 4 | PEÇAS E OFICINA SÃO JOSÉ CNPJ: 03.017.793/0001-40 | R\$ 313,00 |
| 2º | 4 | AUTO PEÇAS E OFICINA BANOWSKI CNPJ: 11.533.028/0001-00 | R\$ 339,40 |

1.2. Não foi realizada outra pesquisa de preço, porque era necessário a correção imediata do defeito mecânico, de modo que não seria possível solucionar problema se aguardasse a apresentação de propostas de outros fornecedores, sendo que do valor ser inferior a R\$ 8.643,27 (oito mil seiscentos e quarenta e três mil reais e vinte sete centavos) e se tratar de serviços de oficina com fornecimento de peças, tem se adotado procedimento simplificado conforme autoriza o artigo 75 § 7º da lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTO LEGAL:

2.1 A presente dispensa de licitação, se fundamenta no art. 75, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, abaixo transcrito:

2.2 Art. 75. É dispensável a licitação:

I para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:



3.2. A ausência de licitação, decorre em hipóteses que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais.

3.3. No caso do Art. 75, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, faculta a realização de um procedimento licitatório, na hipótese de serviço de manutenção de veículo, com fornecimento de peça, quando custo econômico da licitação for superior ao benefício que se pretende extrair.

3.4. A aquisição do objeto desta Dispensa de Licitação de pequeno valor, não representa fracionamento de compras que deveriam ser licitadas.

3.5. Observa-se que o sistema de gerenciamento de frota, está na fase de implementação, de modo que não foi possível utilizar o Pregão Eletrônico 29/2022 para satisfazer essa necessidade.

4. RAZÃO DA ESCOLHA:

A contratação recaiu à empresa **AUTO PEÇAS E OFICINA SÃO JOSÉ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **03.017.793/0001-40** que conforme demonstrado na pesquisa de preço feita inteiramente pela Secretaria requisitante, registrada sob o nº 316/2022, foi a empresa que menor preço ofertou e por cumprir com os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, sendo, portanto, a melhor classificada.

5. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:

5.1. Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas.

5.2. Os preços coletados foram pesquisados em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133, de 2021.

5.3. O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo que a melhor classificada se propõe a fornecer o objeto pelo valor do Lote 1 sendo R\$ 1.340,00 (mil trezentos e quarenta reais), do Lote 2, R\$ 519,00 (quinhentos e dezenove reais), do Lote 3, R\$ 2.133,00 (dois mil, cento e trinta e três reais) e do Lote 4, R\$ 313,00 (trezentos e treze reais), totalizando R\$ 4.305,00 (quatro mil trezentos e cinco reais), estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE:

6.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista foram atendidas.

6.2. Os critérios de qualificação técnica e econômico-financeira foram dispensados

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas para atender a esta Dispensa de Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Paulo Frontin, na classificação abaixo:

| Projeto/Atividade | Recurso | Despesa/Ano | Descrição |
|-------------------|---------|-----------------------|--------------------------------------|
| 2.031 | 000 | 3.3.90.39.00.00.00.00 | MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO |

9. DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

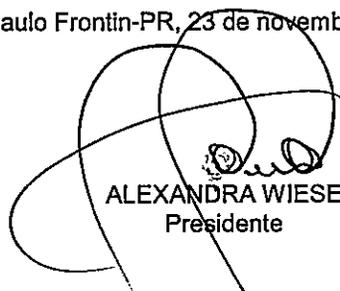
9.1 A Comissão Contratação, instituída pelo Decreto nº. 194/2022, composta pelos Membros e o Secretário, abaixo identificados, decidem, por unanimidade, proceder a realização da dispensa de licitação,

Prefeitura de Paulo Frontin - PR



conforme fundamentos acima identificados, e submeter a autorização pelo Prefeito Municipal se assim entender conveniente ao interesse público.

Paulo Frontin-PR, 23 de novembro de 2022



ALEXANDRA WIESE
Presidente

ALÉCIO MAROLI
Secretário



ARIANE KAROLINE PECH
Membro



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

Parecer jurídico: nº 389/2022

Procedimento de Dispensa de Licitação nº. 219/2022

Processo Administrativo: 290/2022

Processo de Compra: 269/2022

Fundamento Legal: art. 75, inciso I da Lei 14.133/2021.

Origem: Departamento Compras

Interessado (s): Sr. Jamil Pech

Sr. Janderson Repezuk

Em atenção ao pedido de parecer jurídico pelo Departamento de Compras, dirigida a este advogado municipal, sobre o procedimento de **Dispensa de Licitação**, fundamentado no **art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21** venho informar o que segue:

1. Introdução:

1.1. Trata-se de parecer jurídico obrigatório, cujo “dictamen” não é vinculativo, visando analisar o procedimento de dispensa de licitação e a minuta do contrato, com fundamento no **art. 75, inciso I, da Lei 14.133/21**, tendo como objeto “Serviço de oficina com fornecimento de peças para o veículo Strada BCK 7832 do Município de Paulo Frontin/PR” conforme documentos técnicos que instruem o presente processo.

1.2. Convém anotar, que este advogado não detém os conhecimentos fáticos e técnicos para aferir a quantidade e qualidade, conveniência e oportunidade do objeto a ser licitado, portanto a análise aqui empreendida limitar-se-á aos aspectos jurídicos da contratação pretendida.

2. Formalidades:

2.1. Ocorreu a regular abertura de processo administrativo sob o nº. **290/2022**, do Processo de Compra nº. **269/2022**, que foi devidamente autuado tendo obtido a Modalidade de Dispensa de Licitação nº. **219/2022**, protocolado e numerado, conforme fls. 01 a 48 do processo.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO Nº FOLHA Nº 51 |
|----------------------------------|----------------------------|



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

2.2. Nos autos consta documento de formalização da demanda (art. 72, inciso I), conforme **fl. 01 a 05 dos autos**.

2.3. Nos autos consta documento de estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei, conforme **fl. 42 a 44 dos autos**;

2.4. A formalização da demanda foi elaborada pelo **Secretário de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Paulo Frontin, Paraná**, de acordo com acórdão 254/2004-Segunda Câmara TCU, conforme **fl. 01 a 05 dos autos do processo**.

2.5. Nos autos consta a justificativa da necessidade da contratação direta pela **Secretário de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Paulo Frontin, Paraná** (art. 18, inciso I, da Lei 14.133, de 2021).

2.6. Nos autos consta a definição do objeto, para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência (art. 18, inciso II, da Lei 14.133, de 2021), devidamente aprovado pela Autoridade Competente, conforme **fl. 06 a 24 dos autos**.

2.7. Nos autos consta a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento por meio de termo de referência (art. 18, inciso III, da Lei 14.133, de 2021), conforme **fl. 06 a 24 dos autos**;

2.8. Nos autos consta o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação (art. 18, inciso IV, da Lei 14.133, de 2021), conforme **fl. 42 a 44 dos autos**;

2.9. Existe a justificativa que caracteriza a situação de dispensa prevista no art. 75, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, e ainda o art. 72, da Lei 14.133, de 2021, com os elementos a sua configuração, conforme **fl. 45 dos autos**.

2.10. Existe justificativa quanto a aceitação do preço ofertado pela futura contratada, conforme **fl. 46 dos autos**.

2.11. Foram indicadas as razões de escolha do prestador do serviço, conforme **fl. 47 dos autos**.

2.12. Nos autos consta demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (Art. 72, inciso IV, da Lei 14.133, de 2021), conforme **fl. 44 dos autos**.



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

2.13. Há comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, previsto no Termo de Referência.

2.14. Não consta minuta contrato (art.95 da Le nº 14.133, de 2021).

2.15. Assim, entendo que o presente procedimento se encontra formalmente regular.

3. Contratação Direta: art. 75, inciso I:

3.1. Pretende a Administração Pública dispensar a licitação, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, ou seja, a ausência da contratação acarretaria um prejuízo ao bem público, narrando, em sua justificativa que necessita dos serviços e que o custo de uma licitação é inviável.

3.2. A ausência de licitação, decorre em hipóteses, que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais.

3.3. No caso o 75, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, faculta a dispensa da realização de um procedimento licitatório quando o custo econômico da licitação for superior ao benefício que se pretende extrair.

3.4. Deste modo, podemos presumir que a aquisição do bem objeto deste contrato pretende se dar por meio de Dispensa de Licitação, haja visto que o valor estimado do certame se encontra abaixo daquele que é apontado no art. 75, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, R\$ 108.040,82.

3.5. É importante ressaltar que a norma não autoriza que o fracionamento das contratações acarrete a dispensa de licitação. Frisa-se que o art. 75, §1º, da Lei 14.133, de 2021, não veda genericamente o fracionamento das contratações, mas apenas a utilização do fracionamento com o intuito de dispensar a licitação. Em casos de contratação do mesmo ramo de atividade, para cada unidade gestora, deve ser levado em consideração para aferição do limite legal.

3.6. Deve a autoridade responsável pela aquisição por dispensa de licitação, **observar** que nas contratações de pequeno valor, a luz do que dispõe o art. 75, §7º, da Lei 14.133, de 2021, que tal contratação não representa fracionamento do objeto a ser licitado.



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

3.7. Portanto, se o valor da contratação estiver contido nos limites legais, pode o Administrador proceder à dispensa do procedimento licitatório, se considerá-la conveniente e oportuna. Assim entendo que a dispensa de licitação, justifica-se, pois assim incidirá a disposição prevista no art. 75, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, **devendo, contudo, limitar o valor contido, §7º, do art. 75 da Lei 14.133/2021.**

4. Razão da Escolha do Fornecedor.

4.1. O art. 72, inciso VI, da Lei 14.133, 2021, exige que seja exposta a razão da escolha do contratado.

4.2. Quanto à escolha do fornecedor, justificou o Secretário e a Comissão que a contratação recaiu à empresa que menor preço ofertou, conforme cotação 315/2022.

4.3. Assim, quer nos pareceres, salvo melhor juízo, que ficou demonstrado a escolha do fornecedor, haja vista tratar-se de contratação da empresa que ofereceu melhores condições de suprir as demandas administrativas, *não cabendo a PRESENTE análise ingressar no mérito do ato, restringindo ao controle de legalidade.*

5. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

5.1. Para cumprimento do segundo requisito, isto é, quanto à justificativa de preço, previsto no art. 72, inciso VII, da Lei 14.133, de 2021, justificou o seguinte:

6. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:

6.1. Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas.

6.2. Os preços coletados foram pesquisados em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133, de 2021.

6.3. O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo que a melhor classificada se propõe a fornecer o objeto pelo valor global R\$2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais), estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ – 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

5.2. Do exposto, narrou a Comissão de Contratação que os preços foram pesquisados em conformidade com o art. 23, da Lei 14.133, de 2021, sendo que a adoção do previsto no art. 23, § 1º, inciso IV, com a justificativa pela adoção dessa escolha de orçamento, conforme item 2.2, do item 2 – Pesquisa de Preço, “razão pela qual não cabe a este subscritor ingressar no mérito do ato, cabendo apenas o controle de legalidade”.

6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE:

6.1 Para cumprimento do terceiro requisito, isto é, quanto à comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme, previsto no art. 72, inciso V, da Lei 14.133, de 2021.

6.2 O Termo de Referência, no item 27, estabelece os critérios de seleção do fornecedor, estabelecendo a necessidade de habilitação jurídica, fiscal trabalhista, dispensando a qualificação econômica e técnica.

6.3 Foram atendidas as recomendações, não havendo motivos para não autorizar a dispensa de licitação.

7 DISPOSIÇÕES DE PROCEDIMENTO

7.1 Não pode ser deslembado, ainda, que nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, os casos de dispensa de licitação devem ser, necessariamente, ser submetidos à autoridade superior, para a expedição de autorização de dispensa.

7.2 Uma vez autorizado, deverá a justificativa e a autorização e quando for o caso, o extrato de contrato, serem publicadas no Diário Oficial do Município, e mantidos à disposição do público, na página de internet do município.

7.3 Recomenda-se, ainda, que seja disponibilizado a integra do processo de dispensa de licitação, na página oficial do município, conforme previsto no art. 54, §2º e 3º, e Parágrafo Único do art. 72, art. 75, §3º e art. 176, da Lei 14.133/2021 e Lei Estadual 19.581/2018.

8 DA MINUTA DO CONTRATO:



MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN

Rua Rui Barbosa, 204 | Fone: (42) 3543-1210 /1212 /1346
CNPJ - 77.007.474/0001-90 | CEP: 84.635-000 | Paulo Frontin | PR
www.paulofrontin.pr.gov.br

8.1. O contrato envolve valor ínfimo não existe obrigações futuras e considerando que a obrigação é de pronta entrega, entendo com fundamento no art. 95, inciso I, §2º da Lei 14.133/21, desnecessário o contrato. Recomendo, contudo, que no momento do recebimento seja verificado o cumprimento de obrigações do termo de referência pela Secretaria requisitante.

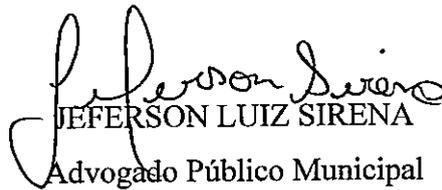
9. CONCLUSÃO

9.1. Ante o exposto, analisado os aspectos jurídicos formais, obedecida a legislação aplicável a modalidade escolhida, **desde que atenda todas as recomendações no corpo deste parecer**, entendo que se encontra o presente processo em condições de ser autorizado, se assim a autoridade superior entender conveniente ao interesse público.

É o parecer.

A Superior Consideração.

Paulo Frontin, 24 de novembro de 2022.


JEFERSON LUIZ SIRENA
Advogado Público Municipal

OAB/PR 61.919.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Prefeitura Mun. Paulo Frontin | PROCESSO N° FOLHA N° 56 |
|----------------------------------|----------------------------|

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2022
(Lei 14.133 de 01 de abril de 2021)

JUSTIFICATIVA**DA ELABORAÇÃO DA DEMANDA:**

Deu-se início ao processo por meio do Documento de Formalização da Demanda e Termo de Referência, visando à contratação, por dispensa de licitação, SERVIÇO DE OFICINA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO STRADA BCK-7832 DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR

LOTE 1

| Item | Qty | Und | Especificação | Preço Unit | Preço Total |
|----------------------|-----|-----|---|------------|--------------------|
| 01 | 02 | U | AMORTECEDOR DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 389,00 | RS 778,00 |
| 02 | 02 | U | AMORTECEDOR TRASEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 326,00 | RS 652,00 |
| 03 | 02 | KIT | KIT AMORTECEDOR SIMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 58,00 | RS 116,00 |
| 04 | 02 | KIT | KIT AMORTECEDOR COMP. VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 71,00 | RS 142,00 |
| 05 | 01 | U | PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 121,00 | RS 121,00 |
| 06 | 02 | U | PIVÔ SUSPENSÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 97,00 | RS 194,00 |
| 07 | 01 | U | FILTRO AR EXTERNO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 29,00 | RS 29,00 |
| 08 | 01 | U | FILTRO ÓLEO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 48,00 | RS 48,00 |
| 09 | 04 | U | VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 37,00 | RS 148,00 |
| 10 | 01 | U | SAPATA DE FREIO DOBLO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 297,00 | RS 297,00 |
| 11 | 01 | U | CABO VELA IGNIÇÃO VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 137,00 | RS 137,00 |
| 12 | 01 | U | BIELETA DIREITA VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 69,00 | RS 69,00 |
| 13 | 01 | U | BIELETA ESQUERDA VEÍCULO STRADA BCK-7832 | RS 69,00 | RS 69,00 |
| TOTAL DO LOTE | | | | | RS 2.800,00 |

DA PESQUISA DE PREÇO:

Com vistas a subsidiar a contratação do presente objeto, realizou-se pesquisa de preços, conforme art. 23, da Lei 14.133, de 2021. A elaboração do mapa comparativo de preços culminou com os preços estimados apontados na tabela a seguir:

| ORDEM | LOTE | EMPRESA | VALOR TOTAL |
|-------|------|---|-------------|
| 1ª | 1 | ALVORADA AUTO PEÇAS LTDA CNPJ: 00.900.141/0001-60 | RS 2.800,00 |
| 2ª | 1 | AUTO PEÇAS E OFICINA BANOWSKI CNPJ: 11.533.028/0001-00 | RS 2.831,00 |

Não foi realizada outra pesquisa de preço, porque era necessário a correção imediata do defeito mecânico, de modo que não seria possível solucionar problema se aguardasse a apresentação de propostas de outros fornecedores, sendo que do valor ser inferior a R\$ 8.643,27 (oito mil seiscientos e quarenta e três mil reais e vinte sete centavos) e se tratar de serviços de oficina com fornecimento de peças, tem se adotado procedimento simplificado conforme autoriza o artigo 75 § 7º da lei 14.133/2021.

FUNDAMENTO LEGAL:

A presente dispensa de licitação, se fundamenta no art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, abaixo transcrito:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:

A ausência de licitação, decorre em hipóteses que a licitação formal seria impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais. No caso do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, faculta a realização de um procedimento licitatório quando custo econômico da licitação for superior ao benefício que se pretende extrair.

A aquisição do objeto desta Dispensa de Licitação de pequeno valor, não representa fracionamento de compras que deveriam ser licitadas.

RAZÃO DA ESCOLHA:

A contratação recaiu às empresas **ALVORADA AUTO PEÇAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.900.141/0001-60** que conforme demonstrado na pesquisa de preço feita inteiramente pela Secretaria requisitante, registrada sob o nº 315/2022, foi a empresa que menor preço ofertou e por cumprir com os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, sendo, portanto, as melhores classificadas.

DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA:

Para fixar o valor foi realizada pela Secretaria requisitante, pesquisa de mercado junto às empresas do ramo pertinente a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado, definir os recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas.

Os preços coletados foram pesquisados em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133, de 2021.

O valor a ser contratado é o menor dentre as empresas pesquisadas, sendo que a melhor classificada se propõe a fornecer o objeto pelo valor global de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) estando incluído no preço, todas as despesas com impostos, taxas, tributos, frete e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE:

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista foram atendidas.

Os critérios de qualificação técnica e econômico-financeira foram dispensados

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas para atender a esta Dispensa de Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Paulo Frontin, na classificação abaixo:

| Projeto/Atividade | Recurso | Despesa/Ano | Descrição |
|-------------------|---------|-----------------------|--------------------------------------|
| 2.031 | 000 | 3.3.90.39.00.00.00.00 | MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO |

9. DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

9.1 A Comissão Contratação, instituída pelo Decreto nº. 194/2022, composta pelos Membros e o Secretário, abaixo identificados, decidem, por unanimidade, proceder a realização da dispensa de licitação, conforme fundamentos acima identificados, e submeter a autorização pelo Prefeito Municipal se assim entender conveniente ao interesse público.

Paulo Frontin-PR, 23 de novembro de 2022

ALEXANDRA WIESE

Presidente

ALÉCIO MAROLI

Secretário

ARIANE KAROLINE PECH

Membro

Publicado por:
Alecio Maroli
Código Identificador:04771233

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/11/2022. Edição 2655
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2022

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 219/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 290/2022.

PROCESSO DE COMPRA Nº. 269/2022.

VALOR TOTAL: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

OBJETO: SERVIÇO DE OFICINA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO STRADA BCK-7832 DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021.

Com fulcro no disposto no art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e consoante ao que consta da instrução do presente processo, **AUTORIZO** a realização da despesa, por meio de **dispensa de licitação**, uma vez que o objeto não ultrapassará, no exercício, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e, ainda, consoante disposto no Parecer Jurídico nº. 389/2022, preencheu os demais requisitos legais.

Paulo Frontin, 24 de novembro de 2022.

JAMIL PECH

Prefeito

Publicado por:

Alecio Maroli

Código Identificador:D2CB5B2F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/11/2022. Edição 2655

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>